

---

## **Aluguer de Palco para a Feira da Serra 2025**

---

### CONSULTA PRÉVIA

### CADERNO DE ENCARGOS

N.º de Registo **10104**

Processo **2025/300.10.005/863**

## Caderno de Encargos

### Índice Geral

<b>Cláusula 1.<sup>a</sup></b>	4
<b>Objeto</b>	4
<b>Cláusula 2.<sup>a</sup></b>	4
<b>Contrato</b>	4
<b>Cláusula 3.<sup>a</sup></b>	4
<b>Anulação do procedimento</b>	4
<b>Cláusula 4.<sup>a</sup></b>	5
<b>Preço Base</b>	5
<b>Cláusula 5.<sup>a</sup></b>	5
<b>Consulta Preliminar de Mercado</b>	5
<b>Cláusula 6.<sup>a</sup></b>	5
<b>Prazo</b>	5
<b>Cláusula 7.<sup>a</sup></b>	6
<b>Obrigações Principais do Adjudicatário</b>	6
<b>Cláusula 8.<sup>a</sup></b>	6
<b>Objeto do Dever de Sigilo</b>	6
<b>Cláusula 9.<sup>a</sup></b>	7
<b>Preço Contratual</b>	7
<b>Cláusula 10.<sup>a</sup></b>	7
<b>Condições de Pagamento</b>	7
<b>Cláusula 11.<sup>a</sup></b>	7
<b>Penalidades</b>	7
<b>Cláusula 12.<sup>a</sup></b>	8
<b>Força Maior</b>	8
<b>Cláusula 13.<sup>a</sup></b>	9
<b>Resolução por Parte da Entidade Adjudicante</b>	9
<b>Cláusula 14.<sup>a</sup></b>	9
<b>Resolução por parte do Adjudicatário</b>	9

<b>Cláusula 15.<sup>a</sup></b>	10
<b>Caução</b>	10
<b>Cláusula 16.<sup>a</sup></b>	10
<b>Seguro</b>	10
<b>Cláusula 17.<sup>a</sup></b>	10
<b>Legislação Aplicável e Foro Competente</b>	10
<b>Cláusula 18.<sup>a</sup></b>	10
<b>Subcontratação e Cessão da Posição Contratual</b>	10
<b>Cláusula 19.<sup>a</sup></b>	11
<b>Comunicações e Notificações</b>	11
<b>Cláusula 20.<sup>a</sup></b>	11
<b>Patentes, Licenças e Marcas Registadas</b>	11
<b>Cláusula 21.<sup>a</sup></b>	11
<b>Contagem dos Prazos</b>	11
<b>Cláusula 22.<sup>a</sup></b>	11
<b>Proteção de Dados Pessoais</b>	11
<b>Cláusula 23.<sup>a</sup></b>	12
<b>Obrigatoriedade de Cumprimento dos Trabalhadores Afetos à Concessão e Aquisição de Serviços</b>	12
<b>Cláusula 24.<sup>a</sup></b>	12
<b>Legislação aplicável</b>	12

## **Capítulo I**

### **Disposições gerais**

#### **Cláusula 1.ª**

##### **Objeto**

O objeto do contrato consiste no aluguer de palco para a Feira da Serra 2025, de acordo com as cláusulas técnicas descritas no anexo II, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP).

– Feira da Serra

**Local:** Recinto da EB 2/3 Poeta Bernardo de Passos em São Brás de Alportel

**Data:** 24, 25, 26 e 27 de julho de 2025

#### **Cláusula 2.ª**

##### **Contrato**

1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 – O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos, independentemente da sua redução a escrito:

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificado pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados, no número anterior.

#### **Cláusula 3.ª**

##### **Anulação do procedimento**

1 - A entidade competente para autorizar a despesa pode, em qualquer momento, anular o presente concurso quando:

- a) Por circunstância imprevisível seja necessário alterar os elementos fundamentais dos documentos que servem de base ao concurso;
- b) Outras razões supervenientes e de manifesto interesse público o justifiquem.

2 - No caso da alínea a) do número anterior é obrigatória a abertura de um novo concurso, no prazo de seis meses a contar da data do despacho de anulação.

3 - A decisão de anulação do concurso é fundamentada e publicitada nos mesmos termos em que foi publicitada a sua abertura.

4 - Os concorrentes que, entretanto, tenham apresentado propostas são notificados dos fundamentos da decisão de anulação do concurso e ulteriormente da abertura do novo concurso.

#### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

##### **Preço Base**

O preço base da locação é de € 14.600,00 (catorze mil e seiscientos euros) não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado (na proposta deverá vir incluído o valor do aluguer dos palcos, transporte, montagem e desmontagem).

#### **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

##### **Consulta Preliminar de Mercado**

1 – Nos termos do artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos, foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, de modo a obter informações relevantes para estabelecer, entre outras, o preço base.

2 – As informações obtidas foram vertidas nas especificações técnicas constantes deste Caderno de Encargos e foi com base naquelas que se obteve o preço base, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP.

3 – Toda a informação relevante resultante da consulta preliminar, caso seja solicitada, será disponibilizada aos futuros concorrentes do procedimento, o que necessariamente só ocorrerá após terminado o prazo de apresentação de propostas, salvo se os documentos que constituem a proposta foram classificados como confidenciais por parte do interessado.

#### **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

##### **Prazo**

O período de aluguer do palco será nos dias:

– Feira da Serra

**Data:** 24, 25, 26 e 27 de julho de 2025

## **Capítulo II**

### **Obrigações Contratuais**

## **Secção I**

### **Obrigações do Adjudicatário**

#### **Subsecção I**

#### **Disposições gerais**

##### **Cláusula 7.ª**

##### **Obrigações Principais do Adjudicatário**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de cumprir as datas que forem acordadas (na montagem e desmontagem);
- b) Obrigação de montar e desmontar os palcos nos respetivos recintos;
- c) Obrigação de darem assistência caso seja necessário, durante o período de aluguer dos palcos;
- d) Obrigação de manter os preços válidos até ao término do aluguer;
- e) O palco deve estar montado pelo adjudicatário, até ao dia 21 de julho de 2025, com os seus próprios meios humanos, materiais e equipamentos.

#### **Subsecção II**

#### **Dever de Sigilo**

##### **Cláusula 8.ª**

##### **Objeto do Dever de Sigilo**

- 1 – O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação judicial, técnica ou outra, relativa à entidade adjudicante, que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou

outras entidades administrativas competentes.

4 - O Contraente público e o cocontratante guardam sigilo sobre quaisquer materiais sujeitas a segredo nos termos da lei às quais tenham acesso por força da execução do contrato.

## **Secção II**

### **Obrigações da Entidade Adjudicante**

#### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

##### **Preço Contratual**

1 - Pelo fornecimento e montagem do objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, custos associados à atividade em causa e os custos com o pessoal, nomeadamente salários, contribuições obrigatórias para a Segurança Social, seguros de acidentes de trabalho, deslocações, refeições, alojamento, serviços de segurança, entre outros.

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

##### **Condições de Pagamento**

1 - As faturas serão pagas pelo contraente público no prazo de 30 (trinta dias) dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, vencendo-se o montante total com a conclusão do fornecimento.

2 - Em caso de discordância por parte do contraente público quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

## **Capítulo III**

### **Penalidades contratuais e resolução**

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

##### **Penalidades**

1- No caso de mora no cumprimento ou cumprimento defeituoso do fornecimento e montagem por parte do adjudicatário, poderá a entidade adjudicante, se assim o entender, interpelá-lo para cumprir pontualmente o fornecimento, devendo nesse caso o adjudicatário dar-lhe cumprimento imediato ou, se for o caso, no prazo fixado pela entidade adjudicante, bem como suportar os danos que esta sofra na sequência de tais atos.

2 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do adjudicatário, o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Pelo incumprimento das datas e prazo do fornecimento e montagem do objeto do contrato, até ao valor dos bens.

3 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o contraente público pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.

4 - Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da alínea a) do n.º 2, relativamente aos serviços objeto do contrato cujo atraso na execução tenha determinado a respetiva resolução.

5 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

6 - O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

7 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

### **Cláusula 12.ª**

#### **Força Maior**

1 - Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupo de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;



- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos do adjudicatário não devidas a sabotagem.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

6 – Caso o evento não se venha a realizar o Município de São Brás de Alportel não está obrigado a indemnizar a entidade adjudicatária, nem a pagar qualquer valor.

### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

#### **Resolução por Parte da Entidade Adjudicante**

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações ou prazos que lhe incumbem no âmbito do presente caderno de encargos ou do contrato a celebrar.

2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário, que produz efeitos 30 dias após a data da sua realização e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.

### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

#### **Resolução por parte do Adjudicatário**

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses.

2 — Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

## **Capítulo IV**

### **Caução e seguros**

### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

#### **Caução**

Uma vez que no presente procedimento não é exigido a apresentação de caução, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, a entidade adjudicante, sempre que considerar conveniente, em situações resultantes de mora, cumprimento defeituoso ou incumprimento definitivo pelo adjudicatário das obrigações contratuais ou legais, irá proceder à retenção de até 10 % do valor dos pagamentos a efetuar.

### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

#### **Seguro**

- 1 - É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro válidos, de todos os riscos inerentes à prestação da atividade pretendida.
- 2 - O incumprimento da exigência estabelecida no número anterior pode constituir fundamento de caducidade de adjudicação, ou resolução do contrato, caso deixe caducar o referido seguro durante a execução do contrato.

## **Capítulo V**

### **Resolução de litígios**

### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

#### **Legislação Aplicável e Foro Competente**

- 1 - O contrato é regulado pela legislação portuguesa, em particular pelo Código dos Contratos Públicos.
- 2 - Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé.

## **Capítulo VI**

### **Disposições finais**

### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

#### **Subcontratação e Cessão da Posição Contratual**

- 1 - O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.
- 2 - Para efeitos de autorização prevista no número anterior, deve:
  - a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
  - b) A entidade adjudicante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do CCP.

### **Cláusula 19.ª**

#### **Comunicações e Notificações**

- 1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
- 3 - Todas as notificações, informações e comunicações a enviar por qualquer das partes à outra parte, deverão ser efetuadas por escrito, com suficiente clareza, para que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.
- 4 - Sempre que se verifique qualquer alteração, mesmo que pontual ou temporária, deverá ser obrigatoriamente dado conhecimento à entidade adjudicante, com a máxima urgência.

### **Cláusula 20.ª**

#### **Patentes, Licenças e Marcas Registadas**

- 1 - São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
- 2 - Caso a entidade contratante venha a ser demandada por alegadamente ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionado no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.
- 3 – Se nas peças do procedimento, constar alguma referência a determinado fabrico ou proveniência, a um procedimento específico que caracterize os produtos ou serviços prestados por determinado operador económico, ou a marcas comerciais, patentes, tipos, origens ou modos de produção determinados e, assim, tivessem por efeito favorecer ou eliminar determinadas empresas ou produtos (n.º 8 do artigo 49.º do CCP), na sobredita referência deverá ler-se acompanhada da menção ou equivalente, a título excecional, no caso de não ser possível uma descrição suficientemente precisa e inteligível do objeto do contrato (do n.º 9 do artigo 49.º do CCP).

### **Cláusula 21.ª**

#### **Contagem dos Prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

### **Cláusula 22ª**

#### **Proteção de Dados Pessoais**

- 1 - As partes obrigam-se a cumprir, nos seus precisos termos, o disposto na legislação nacional e comunitária relativa à proteção da privacidade e de dados pessoais, nomeadamente o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) – (EU) 2016/679 de 27 de abril, durante a vigência do contrato e após a sua cessação;

2 - O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato;

3- Sempre que a relação contratual implique a subcontratação, deve ser garantido, pelo cocontratante, que terceiros respeitem as obrigações de sigilo e confidencialidade, bem como as relativas à proteção jurídica de bases de dados e ao tratamento de dados pessoais, designadamente os constantes do art.º 28º do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD).

#### **Cláusula 23.ª**

##### **Obrigatoriedade de Cumprimento dos Trabalhadores Afetos à Concessão e Aquisição de Serviços**

A entidade adjudicatária tem que cumprir com o estipulado no artigo 419.º A, conjugado com o n.º 13 do artigo 42.º, do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 24.ª**

##### **Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.



## **Anexo I**

### **Modelo de declaração**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



## Anexo II

**Evento:** Feira da Serra 2025

**Local:** Recinto da EB2/3 Poeta Bernardo de Passos

**Data:** 24, 25, 26 e 27 de julho de 2025

### Palco:

Nesse sentido, **será** necessário requerer ao **aluguer de palco com as seguintes características:**

- Palco orbital coberto, com no mínimo 15m de largura x 12,5m profundidade, devidamente homologado, e com capacidade de suster, no mínimo 2 toneladas por arco;
- Cobertura em tela blackout;
- Cobertura em lonas/telas antifogo M2;
- Áreas de serviço:
  - 1 áreas de serviço lateral a toda a profundidade do palco;
  - 1 área de serviço lateral com 5 metros de cobertura e restantes com cais e rampa de acesso ao palco de backline e outros equipamentos;
- Piso técnico autonivelante em malha estrutural de ligamentos em alumínio e contraplacado antiderrapante (em bom estado de conservação) de 21 mm de espessura;
- Altura mínima do estrado do palco a 1,80m com sistema de ligamentos em alumínio e prumos verticais para nivelamento;
- Colocação de Pré-Rig- 3 linhas de Truss H50 ou H40 HEAVY-DUTY de 10 metros;
- Régie Orbital coberta 5m x 5m com cobertura em lonas/telas antifogo M2 (Altura a cerca de 20cm);
- Torre de followspot (6 metros de altura, com patamar aos 4m com varandim e escadas internas de acesso);
- 6 Torres de layher para suspensão de PA e Ecrãs de vídeo com 10 metros de altura (3 torres por lado devidamente ligadas entre si (bloco de torres de 7,5m (largura) x 10m (altura) por lado);
- Estrutura em truss/viga nas 2 torres de PA para suspensão de sistema de som com capacidade mínima para 1500 Kg. Deverão estar salvaguardadas as questões de segurança das cargas;
- Sistema de *outriggers* para as torres de vídeo (4 no mínimo) para possibilitar a instalação de ecrãs de vídeo na sua frente;

- Deverão ser contemplados lastros/bidons de 1000l em número suficiente para a estabilização das estruturas (Torres de layher e palco);
- Sistema de suspensão de ecrãs na frente das torres de layher dos ecrãs (4 *outriggers* no mínimo);
- 1 escada traseira (com varandim); 1 escada na frente de palco;
- **Passerele na frente de palco com 2,5m x 3,75m nivelado à mesma altura do estrado de zona de palco;**

O fornecimento e montagem devem ser efetuados pelo adjudicatário, com os seus próprios meios humanos, materiais e equipamentos, até ao dia **21 de julho de 2025**.

